

"Se não houver a reforma da Previdência, da administração e tributária, esse impulso que estamos dando ao Brasil pára! Como dois e dois são quatro!"

ERA
FH

"Vou torcer para que a oposição amadureça. Até agora, eu vejo a oposição como barata tonta. Diz uma coisa hoje, desdiz amanhã"

Crédito

Dois mandatos, duas histórias

Concessões para obter a reeleição dividem o período FH em metades desiguais. A uni-las, o primado da democracia



ANTONIO CARLOS Magalhães e Fernando Henrique Cardoso: depois de anos de relacionamento fecundo, uma amizade que ficou nas sombras

Tereza Cruvinel

• BRASÍLIA. Assim como no plano econômico o governo Fernando Henrique Cardoso existiu antes e depois da desvalorização do real, o olhar distanciado sobre sua gestão política deve enxergar na aprovação da emenda da reeleição a fronteira entre o governo ativo da era das reformas e um segundo mandato concessivo aos apetites fisiológicos de sua base aliada. A unir esses dois períodos, o primado da liberdade e da democracia.

Fernando Henrique saiu das urnas de 1994 como príncipe eleito, à frente de um governo já parcialmente vitorioso pela implantação do Plano Real, prometendo as reformas que levariam o país à modernidade e à globalização. Nos primeiros tempos o Congresso tudo lhe daria, e o combustível era basicamente ideológico, com reduzido diluente fisiológico. A maioria avassaladora ganharia logo o apelido de rolo compressor.

A aprovação da reelegibilidade abre a fase das barganhas e sacrifica a reforma do sistema político, sujeitando o presidente mudancista às velhas práticas políticas que prometera banir. O segundo mandato, de desempenho mediocre no plano econômico, seria politicamente marcado pelas concessões ao fisiologismo e pela sujeição do Congresso aos instrumentos imperiais de nosso presidencialismo, entre eles a medida provisória com força de lei. A maioria funciona, mas cada votação custa penosas e caras negociações. O Congresso parece ter optado pela servidão voluntária, desde que remunerada.

De longe, a Era Fernando Henrique talvez seja vista assim, como um quadro em diptico, duas telas lado a lado. Os que vivenciam um período histórico, entretanto, o fazem como se assistissem a um filme, no caso um longa-metragem de oito anos. Saem do cinema com a lembrança das cenas finais, para só depois recordar o princípio e o meio da história. Isso também ajuda a explicar por que Fernando Henrique não elegeu seu sucessor. O eleitor, amargando os resultados econômicos, passou também a re-provar as práticas políticas.

Um quadro histórico é produzido por atos e falas dos personagens, coletivos ou individuais, alguns até involuntários, mas também pelo imponderável do destino. Naquele abril de 1998, em que Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães morreram quase simultaneamente, foi voz corrente que o governo Fernando Henrique nunca mais seria o mesmo. Ninguém sabia ao certo o alcance dessa profecia, que acabou se cumprindo.

A arte de equilibrar ambições na aliança

• Nos primeiros tempos, a dupla foi decisiva para o equilíbrio da aliança e o funcionamento da base parlamentar. Sérgio Motta, o trator, era a encarnação do PSDB e de um certo projeto social-democrata, que, executado com êxito, deixaria os tucanos 20 anos no poder. No primeiro Ministério, o PSDB fez apenas quatro ministros (Motta, José Serra, Paulo Renato e Bresser Pereira), contra três do PFL e dois e meio do PMDB (Justiça, Transportes e uma secretaria) e um do PTB. O presidente pôde reservar-se uma vasta cota pessoal, que incluía toda a equipe econômica, o Palácio do Planalto e outros nichos. Os tucanos aceitaram ainda o revezamento entre PFL e PMDB nas presidências da Câmara e do Senado e os principais cargos de líder.

Serjão dava suas caneladas no PFL e tomava as dores do PSDB quando a auto-estima tucana baixava muito. Conduzia a privatização das telecomunicações, mas brigava por recursos para as políticas so-

ciais, trombanda muitas vezes com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o então poderoso Gustavo Franco, presidente do Banco Central e gerente da política de câmbio sobrevalorizado.

Luís Eduardo, na presidência da Câmara, comandava o processo legislativo com pulso forte, acionava o rolo compressor, ignorava a oposição e garantia a aprovação das reformas. Sob sua presidência foram quebrados os monopólios e alterados os fundamentos da ordem econômica nacional-estatista. Avalista do PFL, querido pelo presidente e respeitado pelos tucanos, controlava também os impulsos de seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães, que já nos primeiros dias do governo insurgira-se contra a intervenção federal no Banco Econômico.

Quando os dois faltaram, durante o pesadelo Antonio Carlos foi grato às atenções de Fernando Henrique. Depois, a personalidade dominante recobrou sua natureza. Elegeu-se presidente do Senado, co-

lecionou conflitos na Casa e ampliou sua influência no governo. A briga com Jader Barbalho, em sua sucessão, marcaria o início do fim da grande aliança.

Na ausência de Motta, o complexo de inferioridade do PSDB foi se aprofundando e, em busca da harmonia, Fernando Henrique podava suas ambições, como quando proibiu o então líder José Aníbal de fazer um bloco com o PTB para conquistar a presidência da Câmara, em 1999. O exame da liberação de emendas orçamentárias mostra que PMDB e PFL foram ligeiramente beneficiados em relação aos tucanos, enquanto a oposição passava quase à minúscula.

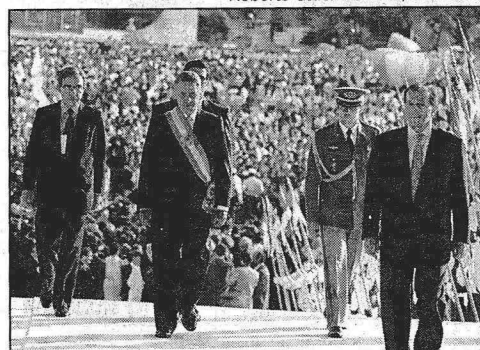
No segundo mandato, essas insatisfações seriam canalizadas para a candidatura de Aécio Neves à presidência da Câmara. Sua eleição, em aliança com o PMDB, garantindo também a eleição de Jader no Senado, alijaria o PFL do comando parlamentar. A renúncia forçada de Antonio Carlos no caso do painel eletrônico e a lu-

são pefelista com a candidatura Roseana Sarney fariam o estrago final na aliança Mas isso foi no segundo mandato.

Oriundo da esquerda, Fernando Henrique chocou sua base social original, sobretudo a intelectual, ao se eleger presidente por uma coligação de centro-direita, juntando PSDB, PFL e PTB. Como ministro da Fazenda, em 1993, aproximara-se dos pefelistas, que ajudaram a aprovar as medidas preliminares ao Plano Real, como o Fundo Social de Emergência. Eleito, tinha apenas 35,4% da Câmara. Como Luiz Inácio Lula da Silva agora, Fernando Henrique não tinha maioria absoluta nem quórum de três quintos para aprovar emendas constitucionais.

Atraiu o PMDB, isolando os dissidentes que nunca o aceitaram (e que sempre apoiaram Lula). Isolou também Paulo Maluf no PPB, atirando a ala liderada pelo deputado Francisco Dornelles. Formou, assim, uma base parlamentar que alcançou mais de 60% das cadeiras nas duas Casas.

1995



A POSSE

• Depois da posse no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, já com a faixa ao peito, sobe a rampa do Palácio do Planalto pela primeira vez como presidente da República



REPARAÇÃO AOS MORTOS PELA DITADURA

• Fernando Henrique observa o abraço do chefe do Gabinete Institucional, general Alberto Cardoso, em Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, morto pela repressão



INTEGRAÇÃO SOCIAL

• Fernando Henrique com o boné, virado para trás como os jovens usam, que recebeu da Comissão Nacional de Meninos de Rua, cumprimenta Cley Alves Trindade



RELAÇÕES EXTERIORES

• O então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, aplaude Fernando Henrique após o discurso em que o presidente brasileiro defendeu uma parceria Brasil-EUA

"Reeleição é bom para a democracia, porque permite ao povo julgar o presidente. Se o Congresso achar que quer ouvir o povo... Eu sempre gosto de ouvir o povo"

cont REP 0092

ERA
FH

"Se não aprovarem o projeto da reeleição até janeiro, esqueço o assunto e vou cuidar dos dois anos finais de meu mandato"



MOREIRA FRANCO, Geddel Vieira Lima, Jader Barbalho, Fernando Henrique, Michel Temer, Nabor Júnior e outros riem da derrota de Itamar Franco na convenção de 98 em que o PMDB decidiu apoiar FH

Enquanto isso, Malan e Franco tocavam a política econômica liberal. No Congresso, derrotas do governo eram fatos raros, raríssimos, como a rejeição da medida provisória que cobrava a contribuição previdenciária dos inativos, fato que se repetiria duas vezes.

Detentor da maioria, Fernando Henrique ainda controlava o Congresso com medidas provisórias, poder de veto e iniciativa legislativa ordinária. Dos 805 diplomas legais aprovados entre 1995 e 1997, 648 (mais de 80%) nasceram no Planalto.

Perguntado sobre possível arrependimento de ter feito aliança com o PFL e conservadores em geral, ele sempre disse que poderia ter ganhado a eleição de 1994 sem eles, mas não governaria. Que fez a aliança possível naquele momento. Chegou a dizer que, às vezes, para avançar é preciso levar junto os setores atrasados. Corrigiu-se ante a ira do PFL.

O sonho da reeleição instalou-se sorrateiro nos corações e mentes governistas. O jovem deputado Mendonça Filho apresentara uma emenda nesse sentido no primeiro dia de seu mandato, em 1995. Jura que ninguém lhe pediu isso. Entre negações e insinuações, o presidente e seus aliados assumiram a proposta em meados de 1996, alegando que um mandato era pouco para tantas reformas necessárias e a consolidação do Real.

A partir de então, todas as energias são drenadas para esse objetivo. Percebendo a nítida diferença entre essa reforma e as outras, a base governista mostraria os dentes e o governo começaria a lhe servir carne, verbos e cargos. Nunca mais a agenda das reformas reinou soberana como antes.

A reeleição é aprovada na Câmara em 28 de janeiro de 1997, por 336 votos a 17. E ainda deu ao presidente o direito de dispor sem deixar o cargo. Três meses de-

pois, a "Folha de S.Paulo" publica as fitas em que alguns deputados são acusados de vender seu voto por R\$ 200 mil. Sérgio Motta aparece como interlocutor. O escândalo passou, mas a nódoa ficou.

Começa a era dos desgastes, antes mesmo da reeleição em si. E, pelo fim de 1997, a exuberância das políticas neoliberais começa a declinar com a crise da Ásia. Em 1998, Lula seria novamente candidato, mas o ataque especulativo ao Real deixaria pairando sobre a campanha o medo de mudar, esse que, segundo o presidente eleito, foi agora vencido pela esperança.

Mais tarde o próprio Fernando Henrique diria:

— Fui eleito pela esperança em 1994 e pela insegurança em 1998.

A crise levaria o país ao FMI e forçaria um duro ajuste fiscal, com o pacote 51. Releito e ainda não reempessado, o governo trava sua última e maior batalha legislativa, aprovando a reforma da Previdência, ainda que desfigurada e podada. O mesmo acontece com a administrativa. O rolo compressor ainda funcionava, e iria funcionar, mas agora só azeitado por concessões fisiológicas.

Da administração eficaz ao pragmatismo político

• O primeiro Ministério do segundo mandato é inteiramente diferente do original. Os partidos indicam, o presidente nomeia, de olho nos votos para garantir o ajuste fiscal, que a partir de então seria uma constante. A eficácia administrativa cede lugar ao pragmatismo. As relações entre o governo e o Congresso decaem e a população reprova.

A oposição ganha discurso e ataca, ain-

da que essas práticas não sejam uma escolha pessoal, mas uma imposição do sistema político, ao qual faltam fidelidade e disciplina partidárias, principalmente. O presidente preserva a maioria, mas paga caro por ela. A desvalorização do real nos primeiros dias do segundo mandato corria sua popularidade para sempre.

O mau desempenho da economia, as imposições do FMI, os juros altos e a queda do emprego encarregam-se de desgastar crescentemente o presidente e o governo, e a prova disso vem na eleição municipal de 2000, da qual o PT emergiu como partido mais votado.

A sucessão de Fernando Henrique começa a ser discutida logo depois da segunda posse, mas ele mesmo admite que começou a ser decidida na eleição das Mesas do Congresso, em fevereiro de 2001. Antonio Carlos presidira o Senado com mão de ferro, esbofeteara um senador, humilhara outros, criara o clima de rejeição ao PFL na Casa. A candidatura de Jader é alimentada por esse ressentimento.

Na outra casa, um PSDB carente encontra na candidatura de Aécio a presidente a sua hora de afirmação. O próprio partido não acreditava muito na ousadia de seu jovem líder, mas resolve jogar suas fichas. Aécio empolga os deputados pregando maior independência do Legislativo, choque ético e restrição às medidas provisórias. Faz seu lance decisivo na tarde de dezembro de 2000 em que atravessa o salão verde e vai ao tapete azul encontrar-se com Jader numa sala de comissão e fechar o acordo de apoio mútuo.

José Serra, ministro da Saúde e pré-candidato a presidente, seria injustamente acusado pelo PFL, que nunca gostou dele, de ter sido o mediador do acordo,

por causa de uma preferência pelo PMDB como parceiro. Isso acaba acontecendo por outras razões, mas não foi Serra que garantiu o apoio do PMDB à candidatura de Aécio. Antonio Carlos é que os juntara.

Para Fernando Henrique hoje, o jogo foi legítimo, mas o custo altíssimo. A sucessão ganha velocidade a partir do episódio. O presidente tenta contê-la embaralhando o jogo, embora hoje admita que, em dado momento, pensou mesmo em Malan como candidato. O ministro, por falta de ambição, filiação ou vocação, como dizia na época, não luta para viabilizar-se. Restavam Serra e Tasso Jereissati.

Tasso, nas reflexões de hoje do presidente que se retira, não tem do que reclamar. Ofereceu-lhe mais de uma vez um ministério, mas ele preferiu ficar no Ceará, perdendo a chance de projetar-se nacionalmente. Serra foi o candidato que se fez, a partir de seu trabalho na Saúde e de sua própria articulação política. Cometeu seus erros, sobretudo na ambiguidade entre ser e não ser candidato do governo, mas não perdeu sozinho.

Perderam com ele o governo, o presidente, o PSDB e o PMDB. Serra, para Fernando Henrique, cometeu os erros do intelectual na política, entre eles dizer coisas como elas lhe parecem. Por exemplo, a nota 7,5 que deu ao governo.

O PFL, ferido no episódio das Mesas, perde clareza no processo, toma-se de birra contra Serra e acaba encantando-se com a candidatura de Roseana. Vem a derrocada e o PFL não volta ao rebanho, optando por Ciro Gomes.

Mas, acima dos erros de todos, o próprio Fernando Henrique aponta uma causa natural para o desenlace: fadiga de material. O povo cansou-se do governo, queria mudança, apostou em Lula. ■

1996



DOIS ANOS DE REAL

• Fernando Henrique e a primeira-dama, dona Ruth Cardoso, comemoram os dois anos do Plano Real com 16 alunos de escolas públicas recebidos nos jardins do Palácio da Alvorada



ABRINDO O MERCADO

• Luís Eduardo, Sérgio Motta, José Sarney e Fernando Henrique na cerimônia de sanção da lei que abriu para a privatização o mercado da banda B (privada) de telefonia celular



COMO EINSTEIN

• Fernando Henrique visita a II Mostra dos Fotógrafos Credenciados no Planalto. "Parece o Einstein", disse ao ver a foto de Gustavo Miranda em que aparece com a língua de fora



PRESIDENTE ESCRITOR

• Fernando Henrique folheia o livro "Cartas a Olga", do presidente da República Tcheca, Vaclav Havel, em visita ao Brasil para estudar a instalação de uma montadora no país